



**PAN SEIXAL**

**Autárquicas 2021**

**Programa Eleitoral**

## Conteúdo

Ponto de Partida.....	2
Alterações Climáticas.....	3
Energia.....	4
Gestão de Resíduos.....	5
Floresta e Agricultura.....	6
Ecosistemas e biodiversidade.....	8
Monitorização Ambiental.....	9
Proteção e bem-estar animal.....	10
Educação.....	12
Saúde, desporto e bem-estar.....	14
Habitação.....	16
Mobilidade.....	18
Envelhecimento.....	19
Acessibilidade.....	21
Cultura.....	22

## **Ponto de Partida**

O Concelho do Seixal, com uma superfície de 95,5 km<sup>2</sup> e uma população de cerca de 165.500 habitantes (dados de 2017), é o oitavo maior concelho da área metropolitana de Lisboa, um dos maiores do distrito de Setúbal e do território nacional.

Pela sua proximidade com a capital, tornou-se durante o último século, um polo de atração demográfico e económico, tendo-se implantado no concelho um número significativo de indústrias, e uma grande diversidade de atividades económicas, com o consequente aumento dos problemas sociais, de ordenamento e preservação do território e ambientais.

Os próximos quatro anos serão especialmente complexos à escala global e, por maioria de razão, à escala local, com os municípios a serem chamados para a linha da frente da implementação das políticas públicas, consequências da crise climática e da crise sócio-económica causada pela pandemia de COVID-19.

No PAN encaramos a política como veículo para a mudança que queremos ver no mundo. É por isso que levamos tão a sério a confiança que os nossos eleitores depositam em nós e é também por isso que nos dedicamos tão afincadamente no exercício dos nossos mandatos autárquicos. Queremos, portanto, continuar o trabalho iniciado em 2017 com a eleição do nosso 1º deputado municipal e continuar a transformar o Seixal num exemplo a ser seguido pelos concelhos dos distritos tanto da AML como a nível nacional.

Para nós no PAN, o caminho faz-se com políticas que coloquem pessoas, animais e natureza a coabitar harmoniosamente, sendo que não concebemos um cenário em que um destes três pilares se autonomiza face aos demais.

## **Alterações Climáticas**

Portugal será um dos países europeus mais afetados pelas alterações climáticas, que se vão manifestar no nosso país com a disseminação de doenças e com eventos climáticos extremos, como cheias, furacões, secas, incêndios florestais, subida do nível do mar, escassez de água potável ou desertificação de extensos territórios. Um planeamento cego à nova realidade climática é um planeamento que não protege a população e o território e que utiliza mal os recursos financeiros disponíveis. Antes de se planear seja o que for, a autarquia necessita de conhecer a realidade do que vai planear, através da elaboração de um atlas de risco das alterações climáticas a nível local. Sublinhamos, ainda, que se prevê que até final do século o nível médio do mar suba cerca de 9 mm por ano, ameaçando o cordão dunar e os ecossistemas associados tão comuns ao longo da costa portuguesas. Sendo o Seixal um município costal, sofrerá as consequências descritas nos mais variados estudos e modelos já disponíveis. Assim, o PAN propõe:

- A elaboração urgente, até ao final do primeiro semestre de 2022, de um atlas de risco das alterações climáticas, a nível municipal, que evidencie todos os riscos climáticos, como zonas afetadas por submersão e inundação decorrentes da subida do nível do mar, risco de cheias por zonas, valores previsíveis de disponibilidade de água potável, número previsível de dias com ondas de calor e valores máximos de temperatura expectáveis, mapas de risco de incêndio ajustados aos modelos climáticos, mapas de risco de fenómenos meteorológicos extremos, entre outros que se revelem importantes ao nível municipal;
- A elaboração, com base no atlas de risco das alterações climáticas, de um plano de adaptação às alterações climáticas, a nível municipal, até ao final do primeiro semestre de 2023, que identifique e calendarize ações, para horizontes temporais de cada 5 anos enquadrados num prazo de 50 anos, sendo focadas, pelo menos, as áreas sectoriais do ordenamento do território; dos recursos hídricos; das florestas; da agricultura; do planeamento de ações e aquisição de recursos materiais e humanos pela proteção civil e da saúde;
- A revisão dos instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente o Plano Diretor Municipal, até ao final de 2024, com a inclusão dos resultados e informação constantes no atlas de risco das alterações climáticas e do plano de adaptação às alterações climáticas.

É por demais conhecido e reconhecido o papel central que o PAN atribui ao ambiente e à sua defesa e preservação. O que propomos para o próximo mandato autárquico não será diferente, antes pelo contrário. Há muito que os cientistas nos vêm alertando para as consequências catastróficas para o ser humano e para a vida na Terra, se continuarmos a ultrapassar os limites planetários de sustentabilidade. É com base numa mudança de mentalidade que reside a nossa visão, sendo que as propostas do PAN neste eixo de atuação centram-se, precisamente, em ações que contribuem para o equilíbrio dos limites planetários, porque todos temos de ser agentes desta mudança. Sem a nossa casa comum, a vida, tal como a conhecemos, não irá continuar.

### **Energia**

- Incentivar a microprodução e armazenamento de energias renováveis, com a criação de um pacote municipal de apoio à microprodução de energias renováveis, incluindo tecnologias de armazenamento de energias renováveis em pequena escala, para particulares e cooperativas, com apoios de financiamento bonificado e de subsídios a fundo perdido, promovendo a autonomia energética;
- Promover a substituição gradual do atual sistema de iluminação pública e de semaforização por soluções mais eficientes, de preferência com aproveitamento das energias alternativas;
- Implementar equipamentos de produção local de energia renovável para autoconsumo (fotovoltaico e eólico) nos edifícios públicos, através da aplicação dos critérios europeus de compras públicas ecológicas;
- Integrar sistemas solares térmicos nos edifícios e equipamentos do município onde se utilize muita água quente, nomeadamente escolas, pavilhões desportivos, quartéis de bombeiros, piscinas;
- Criar incentivos para que os privados instalem unidades de produção de energia limpa, nomeadamente através da diminuição das taxas de licenciamento e apoio técnico;
- Criar incentivos para que os privados (investidores e particulares) instalem unidades de produção de energia, nomeadamente através da diminuição das taxas de licenciamento e apoio técnico

## **Gestão de Resíduos**

A necessidade de redução da produção de resíduos urbanos e de aumento das respetivas taxas de reciclagem ainda é um desígnio por cumprir não só no concelho do Seixal, mas em todo o país. Estamos aquém das metas traçadas a nível nacional para a redução da produção de resíduos e de reciclagem e reutilização dos mesmos. O foco passa presentemente por um modelo de economia circular, abandonando-se o atual modelo linear, de forma a mantermos o valor de produtos e materiais durante o maior período de tempo possível no ciclo económico, o que permite diminuir a produção de resíduos. A competência municipal é fundamental – o saneamento deve assumir uma cobertura em todo o território municipal, prevenindo os fortes problemas ambientais e de saúde pública causados pela inexistência de soluções de tratamento adequadas e pela aceitação de efluentes industriais em coletores públicos:

- Identificar as zonas onde ocorrem regularmente descargas ilegais de RCD (resíduos de construção e demolição, vulgo entulhos), garantir uma vigilância e fiscalização mais acentuada dessas mesmas zonas, por forma a proceder à sua limpeza com maior regularidade e reforçar a comunicação da existência de zonas de recolha gratuita desses detritos (Ecoparque do Seixal);
- Implementação de sistemas de recolha de resíduos urbanos por sistema “PAYT” (*pay-as-you-throw*), favorecendo quem recicla resíduos;
- Aumento do número de ecopontos disponíveis e sensibilização das populações para a necessidade e importância da separação dos resíduos;
- Incentivo à implementação de atividades económicas não poluentes e respeitadoras do ambiente, pugnando pelo controlo da poluição originária da antiga Siderurgia Nacional e que afetam sobremaneira os habitantes das áreas circundantes;
- Zelar, através da fiscalização, pelo pontual cumprimento das obrigações legais por parte das atividades potencialmente nefastas para o ambiente e/ou para a saúde pública; ou, quando essa competência recair sobre organismos da administração central, diligenciar junto dos órgãos competentes para que sejam tomadas as medidas tendentes a garantir o cumprimento das normas legais;

- O apoio ao desenvolvimento de projetos do tipo ‘*Repair Café*’, com vista a promover a reparação de equipamentos, e assim prolongar o seu tempo de vida útil;
- A intensificação da lavagem do espaço público com recursos a detergentes que não contenham microplásticos;
- A substituição das embalagens de serviço de uso único (copos, talheres e pratos) por embalagens reutilizáveis nos órgãos representativos das autarquias, nos serviços da administração autárquica ou que se encontrem sob a sua gestão, e ainda no âmbito de serviços concessionados ou patrocinados pelos órgãos autárquicos (por exemplo, regatas, festivais, mercados, festas populares);
- O reforço da fiscalização de descargas ilegais de efluentes;
- Garantir a oferta de compostores aos municípios, formação para o efeito e instalação de compostores comunitários.

### **Floresta e Agricultura**

Para o PAN é muito claro que o desenvolvimento da agricultura deve centrar-se em projetos que promovam a soberania alimentar, através da defesa e desenvolvimento da produção nacional, local, de proximidade, do tipo biológico, com baixa intensidade na utilização de produtos químicos e de água. No que respeita à floresta, consideramos ser urgente adaptá-la à nova realidade climática que vivemos

- Criar campanhas de defesa do consumo de produtos locais, sazonais e biológicos, a serem levadas às escolas do concelho e divulgadas nos principais meios de comunicação locais e nos canais de comunicação da Autarquia;
- Assegurar que os eventos institucionais da Autarquia que contemplem serviço de catering contêm produtos de produtores locais, através da consagração dessa exigência no caderno de encargos;
- Defesa intransigente do ambiente florestal, zelando pela limpeza das áreas urbanas e recolha de lixos e entulhos em locais florestais, nomeadamente na zona florestal de Fernão Ferro;
- Incluir nos planos de arborização do território local espécies de frutos comestíveis, tendo em vista não somente o auxílio na alimentação das camadas

mais carenciadas da população, mas também o contributo para a preservação da biodiversidade em zonas adequadas;

- Elaborar um regulamento municipal que estabeleça as regras e normas relativas ao planeamento, implantação, gestão, conservação, manutenção e abate de Espécimes Arbóreos e Arbustivos;
- Arborizar e ajardinar a zona adjacente ao estacionamento do cais fluvial do Seixal, tornando-o mais apelativo e integrado numa zona verde de enquadramento paisagístico partilhado, disponível para a realização de atividades recreativas e sociais;
- A criação de incentivos à utilização de espécies autóctones e de espécies mais resistentes aos incêndios;
- O reforço de meios humanos e materiais das equipas de fiscalização municipal tendo em vista, no quadro do pelouro da proteção civil e em respeito pela orgânica do Município, o cumprimento das regras de segurança florestal;
- Dinamizar o programa de colocação de ninhos para espécies capazes de proceder ao controlo das lagartas dos pinheiros, como o chapim;
- Articular com os proprietários a recolha de biomassa residual de limpeza florestal para aproveitamento do município, sempre que os mesmos não pretendam utilizá-la, evitando assim a realização de queimadas e aumentando a reutilização do produto.



## **Ecosistemas e biodiversidade**

Aos Municípios cabe um papel preponderante em matéria ambiental, papel que sai reforçado com o alargamento das suas competências em matéria de arborização e rearborização, de gestão das áreas protegidas de âmbito local e cogestão das de âmbito nacional regional a nível das entidades intermunicipais, mas também no restauro, proteção e resiliência dos ecossistemas. A pandemia de coronavírus (SARS-Cov2) é analisada pela comunidade científica como consequência de uma crise e mudança ecológica globais. Está ligada às pressões exercidas sobre ecossistemas e à destruição da biodiversidade. A saúde coletiva sofre cada vez mais os efeitos prejudiciais do betão e da densidade urbanizada. Este é o momento de trazer a natureza de volta para a cidade, dar-lhe um lugar de destaque, devolver-lhe uma vida mais diversa, a fim de conciliar o bem-estar ambiental com o humano, ligando os espaços fragmentados espalhados pela cidade através dos denominados “corredores verdes” ou “corredores ecológicos”:

- Desenvolver, em articulação com o Plano Diretor Municipal, um Plano de Infraestrutura Verde Urbana;
- Elaborar um plano estratégico específico para a preservação dos polinizadores;
- Executar corredores ecológicos, devendo o seu planeamento ser considerado em todas as áreas novas da cidade, mas também estudados e executados nas áreas urbanas já consolidadas. Consideramos que se for assumido um compromisso sério de conectividade, dentro de 10 a 15 anos, vamos viver numa área verde urbana;
- Analisar as áreas fragmentadas espalhadas nas áreas urbanas, criando manchas verdes entre edifícios e estradas (quando com área suficiente para serem sustentáveis e terem alguma função de forma a serem utilizados pela população);
- Renaturalizar e restaurar áreas degradadas e muitas vezes abandonadas.

## **Monitorização Ambiental**

Acreditamos que as autarquias podem ser um participante ativo de monitorização ambiental, potenciando a recolha de dados ambientais, a sua integração coerente e a comunicação desta monitorização de forma clara e transparente, tanto para os cidadãos, como para a ciência e decisores políticos. Existem já vários indicadores ambientais definidos pela literatura científica que devem constituir preocupação cimeira de todas as autarquias. Assim, o PAN Seixal, propõe:

- Criação de plataformas para monitorização ambiental de forma integrada e homogénea baseada em índices claramente definidos, tais como o uso do solo, descarga de nutrientes, qualidade da água e qualidade do ar;
- O diálogo com a ciência no sentido de criar projetos de ciência cidadã com vista à monitorização ambiental em vários aspetos: identificação de espécies, referenciação de poluição e poluidores, índice de qualidade da água, por exemplo;
- Divulgação de dados ao público e da análise científica dos mesmos;
- Elaboração de um estudo sobre a pegada ecológica dos municípios e da bio capacidade do concelho.
- No que concerne especificamente à recorrente problemática de poluição envolvendo a atividade industrial desenvolvida pela Siderurgia Nacional:
  - Instalar postos de monitorização da qualidade do ar nos locais com maior prevalência de doenças do trato respiratório. Enquanto não se obtiverem esses dados, instalar estes pontos nos locais mais expostos a poluição (próximos de grande concentração industrial ou locais com grande tráfego automóvel) e em locais com grande densidade populacional;
  - Aferir zonas com maior prevalência de doenças do trato respiratório, investigar causas, analisar dados de monitorização da qualidade do ar e elaborar planos de ação adequados para resolver ameaças para a saúde pública, em parceria com a DGS e unidades de cuidados primários;
  - Fiscalizar exemplarmente todas as indústrias potencialmente promotoras de poluição e sensibilizar e apoiar na definição de soluções, garantindo a resolução das emissões poluentes;

## **Proteção e bem-estar animal**

A proteção e o bem-estar animal atingiram um patamar de relevo nas sociedades contemporâneas. Partilhamos a nossa existência com uma multiplicidade de animais. As políticas públicas municipais devem evidenciar e assumir comportamentos ético-humanitários, aos quais não pode ser alheia a implementação de políticas eficazes de proteção e bem-estar animal.

- Declarar o município do Seixal Amigo dos Animais, rejeitando o licenciamento de espetáculos que façam uso de animais para entretenimento, nomeada e principalmente as touradas, garraizadas ou largadas.
- Desenvolver uma rede de solidariedade animal, que promova o apoio aos cuidadores das colónias de animais abandonados, as associações de defesa e cuidado animal e a adoção responsável dos mesmos;
- Promover medidas de apoio às associações zoófilas que atuam no concelho, consoante as necessidades existentes, por exemplo, a nível monetário, alimentação, cuidados médico-veterinários, esterilizações, melhoramento ou cedência de espaços para canis ou gatis;
- Extinguir da proibição municipal de alimentação de animais nas vias e espaços públicos;
- Criar Parques Caninos em todas as freguesias do concelho;
- Promover a criação de um Centro de Atendimento Permanente no CROA, destinado a animais errantes, abandonados ou detidos por pessoas em situação de especial vulnerabilidade socioeconómica que não tenham capacidade para assegurar aos seus animais de companhia os cuidados básicos de saúde ou socorrê-los em situação de emergência e assegurar a entrega e recolha de cadáveres de animais de forma gratuita;
- Criar programas de apoio, geridos pela autarquia ou em parceria com as associações zoófilas, dirigidos a pessoas em especial situação de vulnerabilidade social que detenham animais, por forma a assegurar a alimentação dos mesmos e a prestação de cuidados básicos, como o plano de vacinação, cuidados de saúde e higiene animal;

- Potenciar o programa CER – Capturar, Esterilizar e Recolocar – fomentando a imagem do animal comunitário nas populações;
- Manter e reparar os bebedouros existentes e instalar novos bebedouros, com a inclusão de bebedouros rebaixados disponíveis para os animais;
- Promover a realização de ações de educação e sensibilização da população, em particular das crianças e jovens nas escolas, contra o abandono e os maus tratos, para uma detenção responsável de animais de companhia e respeito pela vida animal, nomeadamente quanto aos benefícios da esterilização e controlo da reprodução não planificada de animais de companhia, deveres e cuidados de saúde e bem-estar animal e malefícios do acorrentamento ou confinamento permanentes;
- Criar programas de apoio, geridos pela autarquia ou em parceria com as associações zoófilas, dirigidos a pessoas em especial situação de vulnerabilidade social que detenham animais, por forma a assegurar a prestação de cuidados básicos de saúde e higiene e cumprimento do plano de vacinação;
- Estabelecer projetos com lares e centros de dia para incentivar a adoção de animais e possibilitar que os idosos possam levar os seus animais de companhia para estes locais, tendo em conta o seu papel terapêutico e a mais-valia do estabelecimento de laços afetivos que daí normalmente resulta;
- Implementar projetos alternativos ao CROA, que permitam a realocação de cães silvestres ou assilvestrados para espaços vedados e devidamente controlados, através da criação de “santuários” para a vida animal/parques para matilhas, garantindo a respetiva alimentação, abeberamento e controlo populacional;

## **Educação**

Para crescerem de forma saudável, as crianças e os jovens necessitam de brincar e explorar a Natureza, compreender e conectar-se com a Natureza e com os animais através, por exemplo, do modelo Escola-Floresta, um modelo educativo integrado na comunidade e respetivo meio envolvente.

- Definir um Programa Municipal de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, que preveja, entre outras, ações de educação ambiental nas escolas, desde o ensino pré-escolar, com o objetivo de alterar comportamentos de consumo;
- Criação de atividades lúdico-pedagógicas nas temáticas da Cidadania, da Água, dos Ecossistemas, dos Resíduos, do Desenvolvimento Sustentável, da Alimentação, da Mobilidade Sustentável, da Energia, da Natureza, dos Animais, da Biodiversidade, destinadas a escolas públicas e privadas, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, e também famílias;
- Garantir, em articulação e complemento com o Estado Central, equipamentos de creche e educação pré-escolar de qualidade, conducentes à total cobertura de necessidades do concelho;
- Integrar projetos de inovação educacional com vista ao incentivo de uma transição para modelos educativos não assentes no manual escolar (ex: programa municipal mochila leve);
- Incentivar a utilização de percursos pedonais e a mobilidade suave em vez da deslocação em automóvel familiar para todos os integrantes das comunidades escolares;
- Inventariar com os órgãos de gestão das escolas as necessidades de equipamentos, de intervenção e de reparação dos edifícios e espaços escolares, garantindo respostas de equidade para todos;
- Identificar os equipamentos escolares (afetos à gestão camarária) que dispõem de espaços de confeção própria adequados para a oferta das refeições escolares, reativando o seu funcionamento na comunidade escolar;
- Proceder à eliminação de todas as barreiras físicas existentes nas infraestruturas escolares e espaços adjacentes e às necessárias adaptações de todos os equipamentos educativos para a inclusão de pessoas com necessidades específicas;

- Incentivar e apoiar as escolas no desenvolvimento de projetos pedagógicos realizados na natureza e espaços verdes
- Integrar casas para pássaros, jardins e hortas nos espaços escolares, fomentando a relação das crianças com os ritmos da natureza e dos animais;
- Dotar todas as escolas com ecopontos e compostores;
- Assegurar a disponibilização de um nutricionista por agrupamento de escolas;
- Estabelecer como objetivo a realização de, pelo menos, uma consulta de nutrição individual, por ano letivo, para todas as alunas e alunos, acautelando os devidos recursos;
- Priorizar a aquisição de alimentos, preferencialmente biológicos, aos produtores locais, como forma de contribuir para uma maior qualidade da alimentação nas escolas e simultaneamente para as atividades comerciais locais, dando assim cumprimento à lei 34/2019 e à Estratégia Europeia do Prado ao Prato;
- Desenvolver atividades que promovam o envolvimento das/os alunas/os na confeção das refeições;
- Criar uma bolsa municipal de Intérpretes em Língua Gestual Portuguesa (LGP), disponibilizada de forma gratuita às famílias que integrem progenitor/a surdo/a em idade escolar, devidamente articulada com uma resposta nacional;
- Desenvolver projetos que visem a formação básica em LGP para docentes, não docentes e comunidade em geral;
- Integrar projetos de aprendizagem em LGP adaptada às crianças ouvintes;
- Dinamizar concursos interescolares sobre as diferentes áreas da educação para os afetos, através da promoção de atividades que abordem o tema de forma informal, mas estruturada.
- Utilizar, por semana, um dia útil das escolas para as atividades não formais, relacionadas com as artes, o desporto, a natureza, o voluntariado e o bem-estar animal, estabelecendo parcerias com o tecido económico, associativo, social, cultural e desportivo;
- Apoiar e desenvolver projetos junto de produtores locais e com a comunidade escolar, de forma a proporcionar sessões temáticas relacionadas com a produção dos alimentos e criação de hortas nas escolas
- Promover, da parte da autarquia e durante a época de férias escolares, o funcionamento de ateliês de tempos livres para crianças e jovens, associando

programas de lazer e ações de solidariedade ligadas ao voluntariado em áreas de proteção da natureza, dos animais e de apoio a idosos;

- Criar ambientes locais de aprendizagem e de promoção da literacia digital das pessoas adultas, procurando o exercício de um acesso democrático à informação (bibliotecas Municipais, centros cívicos);
- Promover o português para estrangeiras/os como veículo para a integração das comunidades;
- Reforçar as equipas de psicólogas/os nos agrupamentos escolares, alargando o seu âmbito de atuação
- Criar um programa de arrendamento acessível para estudantes ao nível municipal, que estabeleça limites aos valores de rendas, oferecendo alguns benefícios fiscais às/ proprietárias/os;
- Estabelecer parcerias com projetos de Alojamento Local, garantindo a disponibilização de algumas frações para o alojamento estudantil, a preços acessíveis e oferecendo benefícios fiscais ou apoios ao investimento;
- Direcionar as políticas municipais para a criação de residências para as/os nómadas digitais;
- Incentivar e promover a instalação de estabelecimentos do ensino superior no concelho, promovendo a formação superior dos jovens munícipes e o alargamento da formação escolar, ao nível superior, à população em geral;
- Promover um programa de estágios de verão municipais, no público e privado, para estudantes do ensino superior.

### **Saúde, desporto e bem-estar**

No PAN entendemos a saúde como um recurso individual e coletivo que exige literacia, responsabilidade, empoderamento para a ação preventiva e a auscultação participada de todos os setores e grupos sociais.

O estado de saúde encontra-se fortemente relacionado com as iniquidades e condições de vida das populações. Sabendo que medidas que combatam os processos de exclusão são mais efetivas e têm uma influência mais preponderante sobre a saúde de indivíduos e comunidades do que estratégias dirigidas a patologias ou problemas de saúde específicos, consideramos que um verdadeiro programa em

saúde deve garantir a acessibilidade e participação de todas/os e investir na melhoria de todas as condições de vida das/os cidadãos/ãos. Apostamos assim numa saúde preventiva, fundada na atividade física, alimentação equilibrada e de qualidade, saúde mental, ocupacional e comunitária.

- Pugnar junto do poder central pela construção do Hospital do Seixal;
- Criar espaços de utilização pública livre, com condições e equipamentos adequados para a prática desportiva, distribuídos de forma equitativa e com segurança pelo município;
- Criar equipamentos integrados nas comunidades, seguindo o conceito da “Cidade dos 15 minutos”;
- Promover clubes desportivos e associações locais e auxiliá-los na obtenção do reconhecimento de utilidade pública;
- Criar condições para a prática do exercício físico gratuito, em segurança e informado em todas as freguesias;
- Potenciar protocolos entre as escolas e as associações/clubes desportivos, permitindo uma ligação direta entre ambos em termos de cooperação, transportes, horários e partilha de informação pertinente;
- Criar projetos de apoio aos produtores locais, oferecendo o espaço em locais de passagem/transportes para fazerem a venda dos seus produtos, com a condicionante dos produtos serem locais e integrarem conceitos de hábitos alimentares saudáveis;
- Promover um plano municipal de formação de profissionais de cozinha para a confeção de pratos saudáveis e para a cozinha vegetariana;
- Promover ações de informação sobre a alimentação vegetariana, esclarecendo mitos e dúvidas através de especialistas em saúde e do manual da Direção-Geral da Saúde (DGS) “Linhas de Orientação para uma Alimentação vegetariana Saudável”;
- Implementar uma avaliação anual, através de inquéritos às comunidades educativas, da qualidade da oferta alimentar nas escolas e estabelecimentos geridos pelas autarquias;
- Implementar uma estratégia coerente e concertada de comunicação municipal, que direcione toda a mensagem e políticas locais para a adoção de uma alimentação saudável;



- Criar o plano “*Um rastreio por mês*”, com dedicação mensal a uma doença e com difusão de informação sobre a mesma, mediante palestras e sessões de esclarecimento, bem como realização de rastreios gratuitos à população;
- Instalar medidores de ultravioleta nas praias, zonas ribeirinhas, piscinas municipais e grandes jardins e parques urbanos, promovendo uma maior consciencialização das populações para os perigos de uma exposição em períodos com elevados níveis de radiação ultravioleta;
- Permitir apenas o fogo-de-artifício silencioso, proibindo qualquer outro tipo. O ruído do fogo-de-artifício provoca poluição sonora e leva, por diversas vezes, a que animais de companhia fujam assustados, causando o sofrimento dos animais, de quem cuida deles e provocando incidentes, como atropelamento de animais e possíveis acidentes de viação associados a estes eventos.
- Criar um gabinete municipal de promoção da saúde, responsável por criar e potenciar ações de promoção da saúde, que devem ser orientadas para a prevenção e aumento de esperança de vida com qualidade, quer sejam da responsabilidade autárquica, quer sejam em parceria e apoiando outras entidades;
- Promover a utilização das fraldas reutilizáveis nos cursos de preparação para o parto e nas sessões de apoio à parentalidade, bem como promover grupos de partilha e workshops sobre fraldas reutilizáveis;
- Elaborar planos de prevenção e resposta a situações/ameaças pandémicas, em parceria com as unidades de saúde;
- Garantir a cobertura de creches públicas de qualidade e a existência de amas;
- Garantir a existência de um gabinete municipal inteiramente dedicado à inclusão de pessoas com deficiência física e/ou cognitiva na comunidade (emprego, habitação, participação comunitária);
- Garantir respostas de tradução e interpretação em LGP em todos os serviços e respostas públicas, com ênfase nos serviços de saúde;

### **Habitação**

O acesso à habitação é um direito universal. No entanto, com o desenvolvimento quer do segmento de luxo que potenciou uma reabilitação e renovação urbana, quer

do turismo pouco ou nada planeado, novos segmentos sociais aumentaram as dificuldades no acesso e manutenção de uma habitação, sendo as pessoas empurradas e excluídas do centro das vilas e cidades e o acesso à habitação própria permanente cada vez mais difícil, nomeadamente para os mais jovens. Acreditamos que o direito fundamental à habitação deve, em primeira linha, ser materializado pelo Estado. Assim, defendemos que a resposta à atual crise passa por investir na criação de uma rede de habitações públicas através, sobretudo, da reabilitação do património municipal e do Estado e, quando necessário, de nova construção, devendo estas habitações ser passivas energeticamente e garantir a defesa dos valores da inclusão e do espírito de comunidade:

- Criar projetos municipais com o objetivo de combater a pobreza energética, recorrendo a fundos europeus, alinhados com os instrumentos já existentes a nível nacional, através de benefícios fiscais para proprietários/as que procedam a obras neste âmbito, da não cobrança de taxas de licenciamento neste tipo de obra e de apoio financeiro e técnico relativo, entre outros, a materiais de construção;
- Apostar num forte reforço do investimento na reabilitação e construção de habitação pública para arrendamento acessível, pugnando pela mobilização do património imobiliário do Estado e municipal;
- Promover, em articulação com o Estado, a abertura de linhas de apoio financeiro com taxas proporcionais ao valor dos rendimentos de cada proprietário/a para recuperação de imóveis devolutos ou em ruínas, destinados para habitação própria, ou se adquiridos a título de sucessão/herança para habitação própria ou arrendamento acessível;
- Apoiar, através do Orçamento Municipal, o Arrendamento Jovem;
- Agravamento do IMI para fogos devolutos, por forma a incentivar a sua reabilitação;
- Elaborar um levantamento do parque habitacional público para identificação do seu estado de conservação e ocupação, a par do levantamento e análise das necessidades de habitação nas diferentes áreas urbanas e do tipo de agregados e rendimentos dos mesmos;

- Garantir o acesso a pessoas com animais de companhia a todas as habitações municipais;
- Criar um programa de apoio financeiro e técnico para que as pessoas possam adequar as suas casas e os edifícios onde habitam, tendo em vista o máximo de autonomia e independência;
- Assegurar que os edifícios a construir, ou objeto de reabilitação profunda ou ampliação, dispõem de postos de abastecimento de veículos elétricos nos parqueamentos e locais adequados para parqueamento de bicicletas;
- Evitar a criação de bairros específicos de habitação pública, ocupando preferencialmente a área da cidade consolidada, de forma dispersa e integrada;

### **Mobilidade**

No que diz respeito ao tema da mobilidade, o PAN defende uma mobilidade ativa, sustentável e eficiente, tendo como foco os transportes públicos e a mobilidade suave (caminhar, bicicletas e transportes públicos), intermodal e inclusiva, garantindo condições de acessibilidade (para toda a população, incluindo as pessoas com dificuldade de mobilidade, idosos, jovens e crianças) e uma eficiente conectividade interna (local) e externa (regional):

- Diligenciar esforços para tornar realidade o prolongamento do metro de superfície (MTS) a todas as freguesias do concelho do Seixal;
- Adaptar a rede de transporte público priorizando o acesso às escolas, hospitais e serviços públicos relevantes, considerando a possibilidade de implementação de linhas circulares;
- Garantir a existência de interfaces entre diferentes tipos de transportes públicos;
- Permitir o transporte de animais de companhia, mesmo os de médio e grande porte, com os habituais meios de contenção legalmente previstos para a sua circulação na via e demais lugares públicos: transportadora, trela e/ou açaimo.
- Desenvolver uma rede de ciclovias que ligue as zonas habitacionais às escolas do concelho e que assim incentive as nossas crianças e jovens a utilizarem as bicicletas e outros meios de transporte não motorizados;
- Utilizar materiais reciclados ou ecológicos na execução das ciclovias

- Criar um sistema de bicicletas partilhadas, com estações nos pontos principais do município, apoiado por um sistema com georreferenciação e pré-registo de utilizadores;
- Criar parques de estacionamento de bicicletas em loteamentos, parques de estacionamento municipais, entre outros, em que a área para estacionamento de bicicletas corresponda a 10% da área total de estacionamento;
- Substituir progressivamente a frota a gasóleo da autarquia por uma frota ambientalmente sustentável (100% elétrica ou, no limite, híbridos *plug-in*);
- Dotar o concelho de mais postos de carregamento para carros elétricos, nomeadamente junto dos parques das estações e terminais de transportes públicos;
- Limitar a circulação de viaturas poluentes nas zonas ribeirinhas do Seixal e da Amora (com exceção para transportes públicos), for forma a dar mais espaço e melhor ambiente às pessoas e famílias para usufruírem destas localizações com menos ruído e poluição;
- Sensibilizar pessoas e empresas para as vantagens de adotarem soluções de mobilidade consciente, proporcionando ações de formação, workshops e consultoria gratuita;
- Estender as zonas de estacionamento com parquímetro para dissuadir a entrada e permanência de automóveis na cidade;
- Criar de parques de estacionamento gratuitos, e supervisionados pelo município, junto dos terminais e interfaces dos transportes públicos;
- Promover a mobilidade suave através da criação de apoios/incentivos municipais à aquisição de bicicletas, trotinetas e semelhantes, incentivos esses cumuláveis com outros que possam existir.

### **Envelhecimento**

Vivemos numa sociedade cada vez mais envelhecida, onde as pessoas idosas ainda são alvo de atitudes discriminatórias, de desrespeito e, muitas vezes, de negligência e violência. O concelho do Seixal tem cerca de 20% da sua população com mais de 65 anos, havendo cerca de 130 idosos para cada 100 jovens. Entendemos que o município pode e deve ter um papel importante na qualidade de

vida das pessoas idosas, em articulação com entidades públicas e privadas, promovendo políticas que lhes permitam viver de forma autónoma o máximo de tempo possível:

- Elaborar uma estratégia municipal para o envelhecimento ativo e saudável;
- Criar, por parte da autarquia, uma equipa de missão específica de acompanhamento e apoio à área do envelhecimento;
- Implementar a figura do “assistente municipal para a pessoa idosa” com o objetivo de apoiar, acompanhar ou realizar tarefas diversas, como ir às compras, passear animais, ir à farmácia, fazer companhia ou pequenas reparações. Este programa deve ser composto por pessoas em regime remunerado e em regime de voluntariado com a adequada formação;
- Criar equipas multidisciplinares que acompanhem as pessoas mais velhas, nomeadamente em situação de pobreza, exclusão e isolamento, de forma a acionar de forma integrada e paralela os mecanismos pré-existentes a nível local e nacional, como prestações sociais, apoios na doença e na deficiência, entrada para estruturas residenciais adequadas, documentação, garantia de acesso aos serviços de saúde, apoio psicológico, ligação a serviços de voluntariado, entre outros;
- Criar um conjunto diversificado de equipamentos de residências alternativas para as pessoas idosas quando já não for possível permanecerem no seu lar, com um valor de renda definido mediante os rendimentos mensais de cada pessoa e com distintos graus de assistência, com a possibilidade de levarem consigo o seu animal de companhia, seguindo diversos modelos como, por exemplo, as “Repúblicas”, onde os residentes têm total liberdade de movimentos, podendo partilhar as tarefas entre si ou ter apoio externo;
- Sinalizar e monitorizar, de forma contínua, as pessoas idosas que vivem isoladas, com especial enfoque para a identificação de fatores de risco que podem levar ao suicídio.

## **Acessibilidade**

As pessoas com deficiência têm direito à dignidade inalienável, à igualdade de tratamento, a uma vida independente, à autonomia e à plena participação na sociedade, sendo a acessibilidade um instrumento para o usufruto integral dos seus direitos. O PAN apresenta um conjunto de medidas com as quais pretende combater a discriminação, a exclusão e os preconceitos que as limitam ou impedem a sua integral participação na sociedade:

- Instalar semaforização com sinais sonoros destinados a auxiliar pessoas com deficiência visual e utilização no pavimento e na conceção dos espaços públicos de boas práticas adequadas à inclusão de todas as pessoas;
- Garantir condições de acesso universal a todas as infraestruturas e serviços de mobilidade, que não excluam pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou mais vulneráveis (idosos/as, crianças, grávidas, entre outros grupos);
- Garantir as condições de mobilidade nos passeios para peões e pessoas com mobilidade reduzida em zonas com excesso de estacionamento, considerando, entre outras soluções, a instalação de pilaretes;
- Exigir a introdução, nos transportes coletivos rodoviários, de rampas de acesso a utentes com mobilidade reduzida, nomeadamente os que utilizem cadeiras de rodas, e a disponibilização de espaços apropriados para o seu transporte;
- Criar um programa de adaptação de conteúdos nos equipamentos culturais do município às necessidades de vários públicos, nomeadamente pessoas cegas e pessoas surdas;
- Disponibilizar em todos os serviços do município respostas de vídeo-interpretação em língua gestual portuguesa, que permita colocar surdos e ouvintes em comunicação, assegurando que todos os serviços são acessíveis;
- Criar um banco de ajudas técnicas onde se disponibilizem produtos e serviços de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidade, permanente ou temporária, por meio de empréstimo, mediante a avaliação das necessidades e dos produtos mais adequados, incluindo interpretes de LGP, tradutores e traduções em braille, etc.

## **Cultura**

Na senda de unir as munícipes e as entidades em torno de projetos autárquicos, o PAN propõe congregar a Escola, as Artes e a Cultura, pois estas não devem mais caminhar separadas, facilitando a autonomia emocional e crítica nos públicos pela cultura e pelas artes, não esquecendo nunca o património natural, material e imaterial ancorado localmente:

- Envolver a escola pública, privada, cooperativa e outras através de parcerias institucionais no processo de formação e ativação de públicos e espetadores;
- Incentivar a produção artística e cultural e a defesa do património, ao nível local e intermunicipal, resistindo ao atual conformismo e normalização civilizacional;
- Criar programas em parceria com o sector da saúde pública, privada e cooperativa, nos quais a cultura e as artes sejam facilitadoras de abordagens positivas no que à saúde mental diz respeito;
- Instituir um pacote de benefícios para os agentes artísticos e culturais locais, permitindo a estabilidade das políticas de intervenção e dos recursos financeiros, procurando potenciar efeitos de escala supramunicipais;
- Estabelecer programas de parceria até à criação de escolas municipais das artes e cultura, regionais, ou intermunicipais em modelo vocacional, combinado sempre que possível com parceiros setoriais, com vista à empregabilidade e sempre no claro interesse da proposta de criação de uma rede intermunicipal de valorização cultural/artística de ensino/aprendizagem vocacionada para estas áreas;
- Apoiar e incentivar o desenvolvimento de atividades culturais ao nível associativo, nomeadamente nas áreas da dança, da música, do teatro e da divulgação, das belas-artes (pintura, escultura, design, arte-multimédia), da literatura e preservação e divulgação do património histórico e cultural do concelho;
- Criar o Festival Anual das Artes do Seixal, com vista à divulgação e desenvolvimento das mais diversas atividades culturais e das entidades que as desenvolvem.

